

Dívidas. No final do ano passado, 450 farmácias não estavam a receber remédios devido a faltas de pagamentos. Nos primeiros meses deste ano mais 154 se juntaram a este grupo. Os processos judiciais subiram, assim como o número de farmácias com prazos de pagamento superiores a 90 dias. A queda das vendas e a dos preços dos medicamentos são as principais razões para o declínio



Farmácias têm cada vez mais dificuldade para encher as prateleiras

NATASHA CARROSSO/GLOBAL IMAGES

Fornecimentos de medicamentos suspensos em 604 farmácias

ANA MAIA

Há muitos anos que aquela farmácia tinha as portas abertas numa das zonas mais nobres de Lisboa. Mas crise lançou-a numa rede de atrasos nos pagamentos aos fornecedores. A falta de medicamentos em *stock* e a incapacidade de pedir um empréstimo ao banco para pagar as despesas correntes afastou os clientes. Agora fechou devido às dívidas. Segundo dados a que o DN teve acesso, 604 farmácias têm os fornecimentos suspensos porque não conseguem pagar os medicamentos que pedem aos fornecedores. Um valor que representa cerca de 20% das 2900 farmácias existentes no País.

Só nos primeiros seis meses deste ano foram 154 os estabelecimentos que se juntaram aos 450 registados em 2010 na lista de fornecimentos suspensos. O número de processos judiciais também aumentou: passou de 186 no final do ano passado para 240. Processos que representam mais de 61 milhões de euros.

O cenário de dívida e de incapa-

cidade não se fica pelas grandes cidades. Na zona de Viseu há farmácias que enfrentam dificuldades — quebras nas vendas na ordem dos 30% e falta de dinheiro para pagar aos fornecedores. As reduções de preços impostas pelos últimos ministros da Saúde e das compras feitas pelos doentes são as principais justificações dadas pelas farmácias à situação que vivem.

“Se uma farmácia perde clientes, não vai conseguir pagar a tempo e horas. A partir daí é o descalabro. Se não existem fornecimentos, não conseguem satisfazer os pedidos dos doentes que acabam por procurar outras farmácias”, explicou ao DN Isaura Martinho, da Farmácia Marvila, em Chelas.

Farmacêutica há 30 anos, confessou nunca ter visto um “período tão mau como este”. As suas contas estão equilibradas, mas o esforço é cada vez maior. “Em Outubro vendia medicamentos a 27 euros que agora custam três euros. O que é 20% de três euros? Assim ninguém consegue sobreviver”, afirmou, defendendo pagamentos por acto. Com novos anúncios de descidas, não hesita em dizer que

“até ao final do ano será pior”.

A obrigatoriedade de terem disponíveis os remédios prescritos forçou-as a aumentar os *stocks*, dizem, e o dinheiro investido em compras. “Nunca se sabe o que o médico vai receitar. Quanto mais embalagens ficam disponíveis, mais temos de ter na prateleira. Desde 2008 que o preço dos genéricos está a descer e temos de devolver os produtos e voltar a repor *stock*. Ainda temos situações de créditos de Dezembro por resolver”, lamentou ao DN a presidente

da Associação de Farmácias Portuguesas, lembrando que as vendas estão em queda.

Helena Castro Machado não aceita, por isso, as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas (TC), que fala numa rentabilidade das farmácias de 13%, enquanto que o sector retalhista em geral tem apenas 5%. Contesta ainda a pouca concorrência entre farmácias. “A liberalização só iria agravar o problema e muitas farmácias teriam que encerrar.”

O TC refere ainda que Portugal é

um dos países que mais gasta em medicamentos: 21% da despesa em saúde (*ver texto à direita*).

O bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, não concorda com a comparação. “Se virmos as despesas *per capita*, Portugal é um dos que menos gasta.” E lamenta que o TC não tenha consultado a Ordem: “Parece que têm medo. Não faz sentido fazerem recomendações sobre prescrição de medicamentos, que é algo científico, sem falar com quem os prescreve”, criticou. Com DIANA MENDES

Falência cada vez mais próxima

HOSPITAIS As seis farmácias que abriram nos hospitais estão à beira da falência. Segundo o jornal *i*, o espaço que funciona na unidade de Leiria e que foi a primeira a ser inaugurada em 2008, enfrenta já um pedido de insolvência devido a uma dívida no valor de 1,3 milhões de euros. Em Abril deste ano, o DN noticiou a existência de acções em tribunal e uma dívida total de 3,3 milhões de euros entre cinco destas farmácias.

Apesar das negociações entre os responsáveis das farmácias e as várias administrações dos hospitais onde estão instaladas para o pagamento faseado, não foi possível repor os valores em falta. Em Abril, um dos casos mais graves era o da farmácia instalada no Hospital de Santa Maria, cuja dívida naquela altura ascendia a dois milhões de euros. À agência Lusa, a administração do hospital de Penafiel confirmou um pagamento

em Junho de uma prestação em atraso. Mas, ainda assim, o incumprimento mantém-se.

A antiga ministra da Saúde Ana Jorge disse ontem à Lusa que as farmácias hospitalares devem ser alvo de um estudo de viabilidade económica. A falta de sucesso dessas farmácias “tem a ver também com a localização, com aquilo que foi o investimento por quem apostou e depois não conseguiu retirar o rendimento”, afirmou.

137%
VARIACÃO DEZ. 2009/JUN. 2011

Número de farmácias com fornecimentos suspensos



98%
VARIACÃO DEZ. 2009/JUN. 2011

Número de processos judiciais em curso para regularização de dívidas



109%
VARIACÃO DEZ. 2009/JUN. 2011

Montante global resultante do número de processos judiciais em curso para regularização de dívidas



207%
VARIACÃO DEZ. 2009/JUN. 2011

Número de farmácias com acordos de regularização de dívida



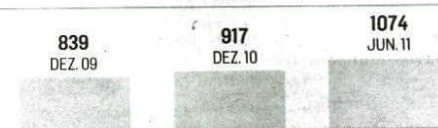
45%
VARIACÃO DEZ. 2009/JUN. 2011

Montante global resultante do número de farmácias com acordos de regularização de dívida



28%
VARIACÃO DEZ. 2009/JUN. 2011

Número de farmácias com prazo de pagamento superior a 90 dias



Mudanças "substanciais" vão ser feitas em Setembro

POLÍTICA O ministro da Saúde anunciou ontem que até ao fim de Setembro serão implementadas alterações "muito substanciais" na política do medicamento e, até ao final do ano, um pacote para reduzir os custos nesta área. Novas descidas de preços fazem parte das medidas que Paulo Macedo quer introduzir.

"Haverá medidas já no final de Setembro e até ao final do ano um pacote do medicamento", afirmou Paulo Macedo, durante uma visita ao Algarve onde marcou presença em três unidades hospitalares. O ministro da Saúde deu como exemplo a revisão da tabela de comparticipações e a descida do preço dos genéricos.

Os reparos feitos no relatório do Tribunal de Contas (TC), que aponta Portugal como um dos países em que os gastos com medicamentos têm maior peso nas despesas da saúde, não vão passar ao lado da linha estratégica do ministério. "Há um conjunto de medidas muito claro que corresponde às preocupações do TC e que são obviamente também as preocupações do Governo", frisou. A expectativa do ministério é poupar "mais de 500 milhões de euros", conforme os objetivos da *troika* que negociou a ajuda financeira ao País.

De acordo com Paulo Macedo, a indústria farmacêutica também "tem que participar neste esforço de redução de despesa com a saúde", nomeadamente no que respeita à revisão das suas margens de lucro.

Questionado sobre o aumento do custo com medicamentos em meio hospitalar, o ministro referiu que as razões estão "identificadas" e que é preciso agir não só em termos de "orientação clínica" como em termos de "monitorização".

Paulo Macedo diz esperar que a implementação de normas clínicas imprima "maior uniformização", o que permitirá, a par da monitorização, reduzir os custos, já que "há hospitais com crescimento na despesa do medicamento muito diferenciados".

O ministro quer ainda aumentar os níveis de adesão aos genéricos através da disponibilização de um maior número de moléculas e da criação de legislação para que o espectro de doenças tratadas com genéricos possa ser alargado. **Lusa**

Descida de preços

As inúmeras descidas de preços, algumas delas administrativas, impostas pelos últimos ministros da saúde, é uma das causas apontadas pelas farmácias para a difícil situação financeira que vivem actualmente. Em alguns casos houve reduções superiores a 35%. Caso da sinvastatina (tratamento do colesterol) e do omeprazol (hipertensão), duas das substâncias mais consumidas no nosso País.

Redução do consumo

As farmácias lembram que o aumento do desemprego, as reduções nas comparticipações e as dificuldades económicas têm levado as famílias a comprar menos medicamentos. De acordo com os últimos dados fornecidos pelo Infarmed, nos primeiros seis meses deste ano houve uma quebra de 1,5% nas vendas em farmácias em comparação ao mesmo período do ano passado.

Mais de 300 milhões de euros por pagar

CRÉDITO As farmácias dispensam medicamentos aos doentes, que só pagam mais tarde. Os pedidos de ajuda continuam a aumentar

Nas farmácias sobe o número de pedidos dos doentes para poderem levar os medicamentos para casa e pagar depois. De acordo com informações a que o DN teve acesso, os valores por pagar são já "superiores a 300 milhões de euros". "Houve um aumento na ordem dos 20% de Março para agora dos pedidos de crédito", referiu uma fonte do sector.

Tal como o DN publicou em Março deste ano, o volume de crédito mensal por farmácia é de dez mil euros. Em média cada farmácia tem 100 pessoas a quem vende "fiado". São clientes que se encontram em situações de desemprego, com reformas pequenas ou rendimentos sociais que não chegam para fazer face às despesas com a medicação. Optam por não comprar alguns remédios e os essenciais, como os usados para o tratamento para a diabetes, colesterol ou hipertensão, são pagos aos poucos.

"Cada vez mais as pessoas pe-

dem para pagar depois. Os papéis com dívidas continuam a encher a minha parede e arrisco a dizer que a dívida é maior do que no início do ano. Estamos a viver situações muito complicadas", disse ao DN Isaura Martinho, proprietária da Farmácia Marvila, em Chelas, referindo-se aos inúmeros talões de vendas colados a fita-cola na parede atrás do balcão. "As pessoas não têm capacidade para pagar. São casais jovens que estão no desemprego, pessoas que ficaram sem o abono ou perderam o rendimento de inserção social", explicou.

Apesar das dificuldades, as farmácias facilitam a venda de remédios aos clientes habituais. A solução passa por receber o dinheiro mais tarde. Contas penduradas que podem ir dos cinco aos 200 euros e que vão sendo muitas vezes pagas em pequenas tranches de cinco e dez euros.

"Vão pagando aos poucos. Tendo casos ainda de 2009, mas desde Outubro que se nota um aumento das dívidas. Quando recebem a pensão ou abono de família pagam cinco ou dez euros e o resto fica para trás", revelou em Março Isaura Martinho. O cenário agravou-se. A este juntam-se quebras de cerca de 14% nas vendas.

Quebras nos 'stocks'

A falta de capacidade financeira das farmácias também tem impacto directo na vida dos utentes. A não disponibilidade dos medicamentos prescritos pelo médico é uma delas. Perante estas situações, a solução poderá passar pelo doente ter de optar por um remédio semelhante e evitar uma nova ida à farmácia ou, em caso extremo, ao médico para obter uma nova prescrição de remédios.

Deslocações forçadas

A suspensão dos fornecimentos pode criar grandes entraves aos doentes, com deslocações a outras farmácias para aviar a receita. Em localidades pequenas ou mais isoladas, a situação pode complicar-se caso só exista uma farmácia. A falta de produtos ou a falência podem significar para estas populações deslocações, em alguns casos, de quilómetros para poderem ter acesso à medicação necessária.

20% das farmácias sem dinheiro para repor 'stocks'

CRISE Actualmente, 604 farmácias estão com os fornecimentos de medicamentos suspensos. São mais 154 do que no final do ano passado. O número de processos judiciais para execução de dívidas também aumentou, assim como o número de farmácias que pagam aos forne-

cedores acima dos 90 dias. As várias reduções no preço dos medicamentos e a quebra do consumo por parte das famílias são razões apontadas pelos farmacêuticos para a crise que se vive no sector. O anúncio de nova descida nos preços fá-los temer o pior. **ACTUAL** PÁGS. 2 E 3